



SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 2016

Trata o presente relatório das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Controle Interno do Conselho da Justiça Federal durante o exercício de 2016, o qual está estruturado em 4 tópicos, a saber:

- I. Da Secretaria de Controle Interno;
- II. Dos recursos humanos;
- III. Das principais atividades; e
- IV. Conclusão.

1 – SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

A Secretaria de Controle Interno do Conselho da Justiça Federal – SCI/CJF é o órgão central do Sistema de Controle Interno da Justiça Federal, conforme estabelecido nos artigos 70, 74 e 105, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal, na Lei nº 11.798/2008 e na Resolução CJF nº 85/2009, o qual tem por objetivo zelar pela gestão orçamentária-financeira e patrimonial do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau sob os aspectos da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade, bem como executar outros procedimentos correlatos com as funções de auditoria.

Nesse mister, compete-lhe a orientação normativa, a supervisão técnica, a fiscalização e coordenação de atividades pertinentes a boa e regular aplicação dos

recursos públicos alocados às unidades da Justiça Federal, firmando-se, dentre outros, nos seguintes pressupostos:

- a) Atuação pró-ativa, mediante ações de caráter preventivo;
- b) Salvaguarda da regularidade da gestão, pugnano pela observância aos princípios da legalidade, economicidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência, eficiência e eficácia.

Na qualidade de unidade central de sistema, esta Secretaria enfatiza a integração com as demais unidades de controle interno, tanto do Poder Judiciário, quanto de outros órgãos da Administração Pública, objetivando contribuir para o aprimoramento da gestão mediante o aperfeiçoamento das técnicas e dos procedimentos de auditoria, bem como a sistematização das ações de controle interno.

As atividades desenvolvidas pela SCI baseiam-se nos princípios e normas aplicáveis à Administração Pública, no Planejamento Estratégico, nas técnicas de auditoria e nos princípios fundamentais de contabilidade, bem como nas disposições concernentes à Justiça Federal disciplinadas pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Conselho Nacional de Justiça.

As auditorias foram realizadas seguindo as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 171/2013 e no Plano Anual de Auditoria – PAA 2016, aprovado pelo Ministro Presidente do CJF por meio do Despacho CJF-DES-2015/12364, constante no processo CJF-ADM-2015/00461.

O acompanhamento da gestão é realizado sistematicamente nos processos em andamento, via SIGADOC, e, quando necessário, por intermédio de informações de caráter orientador com a apresentação de sugestões de medidas saneadoras das omissões ou falhas verificadas por ocasião das análises realizadas.

1.1 – DA ESTRUTURA

Secretaria de Controle Interno - SCI

- **Gabinete**
 - Assessoria Técnica de Controle Interno - ASTEC
- **Subsecretaria de Auditoria – SUAUD**
 - Seção de Auditoria da Gestão – SEAUGE

- Seção de Auditoria Operacional - SEAOPÉ
- Seção de Auditoria Contábil - SEACON
- **Subsecretaria de Acompanhamento e Orientação da Gestão - SUAGE**
 - Seção de Análise e Acompanhamento de Licitações, Dispensas e Inexigibilidades – SELDIN
 - Seção de Análise e Acompanhamento de Despesas com Pessoal – SEDEPE
 - Seção de Análise e Acompanhamento da Gestão – SEAGES

2 – DOS RECURSOS HUMANOS

A força de trabalho da SCI está composta conforme demonstrado a seguir:

| TIPO | QUANTITATIVO |
|----------------------|--------------|
| Servidor efetivo | 14 |
| Servidor requisitado | 03 |
| Terceirizado | 01 |
| TOTAL | 18 |

2.1 – CAPACITAÇÃO

Conforme o Plano de Capacitação dos servidores desta SCI, bem como os oferecidos por outros órgãos, foram realizados os seguintes cursos no exercício de 2016:

- Turma 1/2016 - Formação de Pregoeiros;
- Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência para contratação de serviços;
- NCPD - Institutos Fundamentais;
- Curso sobre suprimento de fundos/TST;
- Questões elementares de gestão e fiscalização dos contratos administrativos;
- II Fórum de boas práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário;
- Introdução à Gestão de Processos;
- Introdução à Gestão de Projetos;
- A Previdência Social dos Servidores Públicos Regime Próprio e Regime Previdência Complementar/ENAP;
- Curso Básico de Orçamento Público/SOF;

- II Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos;
- Curso de planejamento estratégico/SOF;
- Curso Regras e Fundamentos do SCDP;
- Curso licitações, contratos e fiscalização de obras/MPF;
- Curso Gestão da Estratégia com BSC;
- Curso Gestão Socioambiental;
- Curso Manual de Contabilidade aplicado ao serviço público;
- Curso fiscalização de contratos de terceirização;
- Oficina de Gestão Sustentável;
- Curso Tesouro Gerencial;
- Encontro com as setoriais de contabilidade sobre a elaboração do Balanço Geral da União;
- Participação no Grupo Técnico de Padronização de relatórios e Demonstrativos Fiscais (GTREL) e no Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis (GTCON) realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3 – PRINCIPAIS ATIVIDADES

Dentre outros trabalhos realizados pela SCI, destacam-se as seguintes atividades:

- participação nas reuniões do Conselho de Dirigentes de Controle Interno dos Poderes da União – DICON, com a finalidade de promover a integração dos Órgãos do Controle Interno dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e do Ministério Público;
- participação nas reuniões do Comitê Técnico de Controle Interno do Poder Judiciário – CTCI-JUD, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça, com a finalidade de promover a integração dos Órgãos de Controle Interno do Poder Judiciário;
- realização de reuniões com os membros do Comitê Técnico de Controle Interno – CTCI da Justiça Federal;
- orientações para elaboração, conferência e acompanhamento das publicações dos Relatórios de Gestão Fiscal dos tribunais regionais federais e do CJF, conforme artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- análise das respostas apresentadas às Recomendações do Órgão de Controle Interno (REOCIs), preenchidas pelas unidades responsáveis, para conclusão quanto ao seu atendimento;

- acompanhamento do julgamento das Contas do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, bem como das determinações e respostas às diligências do Tribunal de Contas da União;
- acompanhamento, junto ao TCU, dos atos de gestão relacionados ao Conselho e à Justiça Federal de primeiro e segundo graus;
- acompanhamento das publicações dos dados determinados pela Resolução CNJ 102/2009, nos Portais da Transparência do CJF e TRFs;
- análise sobre a atualização do Plano de Obras Consolidado da Justiça Federal;
- análise sobre a aquisição de veículos para o Conselho e para a Justiça Federal;
- prosseguimento da inspeção no Setor de Almoxarifado;
- análise e acompanhamento das contratações de serviços continuados;
- visita técnica para a averiguação de controles internos administrativos do Setor de Conformidade dos Registros de Gestão e da Seção de Execução Orçamentária e Financeira da Secretaria de Administração, com apresentação de plano de trabalho, entrevista, inspeção física, elaboração de relatório e acompanhamento das recomendações;
- realização de fiscalização de controles internos administrativos sobre o uso de veículos da frota do CJF, seguros de proteção e apólice da seguradora, manutenção, validade de habilitação dos motoristas desses veículos, com a elaboração de relatório;
- realização da fiscalização de controles internos administrativos sobre o contrato de prestação de serviços de remessas de malotes entre os cinco Tribunais Regionais Federais e o Conselho da Justiça Federal, com a elaboração de relatório e acompanhamento das recomendações;
- análise e o acompanhamento de processos de licitações, dispensas, inexigibilidades e registros de preços;
- análise e acompanhamento de todos os processos de aquisição de bens ou serviços de Tecnologia da Informação, em cumprimento à Meta 10 – do Planejamento Estratégico;
- acompanhamento de Gestão da Secretaria de Gestão de Pessoas;

- análise de legalidade dos processos de admissão, aposentadoria e pensão para serem encaminhadas ao TCU via formulário SISAC-NET;
- análise dos Boletins de Pessoal e acórdãos do TCU, decisões e sentenças dos tribunais relativos à área de pessoal;
- preparação de informações e respostas a consultas em processos de pagamento, acerto de contas, direito e deveres, aposentadorias e pensões dos servidores e magistrados do Conselho e da Justiça Federal (diárias, PAE, GEL etc.)

Quanto à realização de inspeções, correções e auditorias destacam-se as seguintes atividades:

- Inspeção administrativa nos Tribunais Regionais Federais da 2^a, 3^a, 4^a e 5^a Regiões;
- Monitoramento da ação conjunta de auditoria na área de avaliação de controles internos administrativos junto aos Tribunais Regionais Federais da 2^a, 3^a, 4^a e 5^a Regiões;
- Monitoramento da ação coordenada de auditoria quanto ao Modelo de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação – MCTI do Poder Judiciário – junto aos Tribunais Regionais Federais da 2^a, 3^a, 4^a e 5^a Regiões;
- Auditoria Conjunta com os Tribunais Regionais Federais para análise de Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis;
- Auditoria no Plano de Assistência à Saúde dos servidores do CJF – Pró-Ser;
- Auditoria nas contratações relacionadas à modernização do Edifício Sede do TRF da 2^a Região;
- Auditoria nas contratações relacionadas às obras da Seção Judiciária de Minas Gerais;
- Auditoria de Gestão do CJF;
- Monitoramento da auditoria de avaliação de controles internos administrativos no âmbito do CJF;
- Elaboração da Prestação de Contas do Conselho da Justiça Federal junto ao Tribunal de Contas da União;

- Elaboração do Plano Anual de Auditoria – PAA do CJF para o exercício de 2017.

4 – CONCLUSÃO

Durante o exercício de 2016, a SCI atuou de forma preventiva e proativa no sentido de zelar pela regular aplicação dos recursos alocados ao Conselho e às unidades da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, seguindo os normativos internos, a legislação federal e jurisprudência do TCU.

No âmbito do acompanhamento da gestão foram expedidas oitenta e nove informações, perfazendo um total de cinquenta e cinco recomendações às unidades administrativas do CJF.

Quanto ao cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico do Conselho da Justiça Federal, os resultados desta SCI foram inseridos no Portal Observatório da Estratégia, bem como serão encaminhados em formato “Word” à unidade competente, nos moldes indicados no Memorando n.CJF-MEM-2016/02432.

No que se refere à aquisição e implantação de um sistema informatizado de controle interno, esclarecemos que esta Secretaria vem promovendo, desde 2013, juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação, as tratativas pertinentes à referida aquisição, objeto do Processo nº CJF-ADM-2013/00407.

Por fim, quanto à meta de promover pelo menos um evento anual de cada sistema organizacional, informo que esta Secretaria realizou o encontro do Comitê Técnico de Controle Interno – CTCI no exercício de 2016, com a participação dos dirigentes de controle interno de todos os tribunais regionais federais.

Brasília-DF, 18 de janeiro de 2017.

JESSE ANDROS PIRES DE CASTILHO

Secretário de Controle Interno